

Transparência como princípio normativo do jornalismo: a prática de fact-checking no Brasil

Transparency as journalistic normative principle: the fact-checking practice in Brazil

Taís Seibt¹

Virginia Pradelina da Silveira Fonseca²

Resumo: Neste artigo, faz-se uma reflexão sobre a transparência como princípio normativo no jornalismo a partir de estudo da prática de *fact-checking* no Brasil. Inspiradas no método weberiano de investigação, concebemos o “jornalismo de verificação” como tipo ideal depois de analisar fatores indicativos de mudanças “normais” e “estruturais”, que podem sugerir uma mutação paradigmática, nos termos de Charron e Bonville (2016). Ao tomar os serviços de checagem como objeto empírico de análise, destacamos a transparência como valor profissional e social no jornalismo contemporâneo.

Palavras-Chave: *fact-checking*; jornalismo de verificação; tipo ideal.

Abstract: The paper discuss transparency as a normative principle of journalism based in a study about the fact-checking practice in Brazil. According Weberian method, the text presents the “verification journalism” (SEIBT, 2019) as an ideal type to investigate indicative elements of “normal changes” and “structural changes”, wich may evidence or suggest a paradigmatic mutation of journalism (CHARRON; BONVILLE, 2016). Annalyzing fact-checking services as the main empirical manifestation of “verification journalism”, the transparency emerges as a professional and social value in the contemporaneity.

Keywords: *fact-checking*; verification journalism; ideal type.

.....

¹ Jornalista, doutora em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), professora da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). seibt.tais@gmail.com

² Jornalista, doutora em Comunicação e Informação, professora do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCOM/UFRGS).

1. Introdução e objetivos

Neste artigo, apresentam-se parte dos resultados de pesquisa realizada para a tese de doutorado “Jornalismo de verificação como tipo ideal: a prática de *fact-checking* no Brasil”, defendida em março de 2019 no Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCOM/UFRGS)³. Inspiradas no método weberiano de construção de tipos ideais⁴, concebeu-se o “jornalismo de verificação” como um tipo puro depois de analisar a prática de *fact-checking* (checagem de fatos). A motivação inicial contemplava a necessidade de ponderar se as mudanças que vêm ocorrendo no jornalismo contemporâneo são de natureza “normal” ou “estrutural”, nos termos conceituais propostos por Charron e Bonville (2016). Para isso, elegemos como objeto empírico de análise o projeto *Truco nos Estados*, da *Agência Pública*, que atuou na verificação de discursos públicos durante as eleições de 2018.

Na pesquisa, discorreu-se sobre o crescimento da prática de checagem de fatos, seu contexto e suas potencialidades ante as transformações do jornalismo no século XXI, tendo como referência teórica o estudo dos paradigmas jornalísticos (CHARRON; BONVILLE, 2016). A partir do método weberiano, os teóricos canadenses descrevem quatro tipos de jornalismo ao longo da história da imprensa na América do Norte, identificados numa perspectiva sócio histórica: o “jornalismo de transmissão”, quando comerciantes atuam como impressores de jornais no século XVII; o “jornalismo de opinião”, quando os jornais se colocam a serviço de lutas políticas no século XIX; o “jornalismo de informação”, entre o final do século XIX e início do século XX, quando o jornal se converte em atividade industrial e o jornalismo se constitui como profissão; e o “jornalismo de comunicação”, a partir da década de 1970, quando os suportes midiáticos se multiplicam e se configura a hiperconcorrência de mensagens.

Cada um desses tipos é tomado como paradigma do período, como modelos que orientam a prática jornalística no contexto sócio histórico correspondente. Em outras

³ Tese de autoria de Taís Seibt, sob orientação de Virginia Fonseca.

⁴ Tipo ideal é um método desenvolvido pelo sociólogo alemão Max Weber, considerado um dos fundadores da Sociologia, para compreender os sentidos das ações sociais. Trata-se da concepção de um “caso limite”, uma elaboração teórica que serve de modelo de comparação com a realidade empírica.

palavras, o modelo tem o efeito de um “sistema coerente de regras, valores, representações” (CHARRON; BONVILLE, 2016, p. 121), que configuram a dimensão estrutural do paradigma jornalístico. Os autores observam que, nas estruturas, há mudanças “normais” e mudanças mais profundas, capazes de descaracterizar as estruturas por completo, a ponto de torná-las irreconhecíveis (CHARRON; BONVILLE, 2016, p. 104). Estas seriam as mudanças “estruturais”.

Com base em evidências empíricas originárias de pesquisas internacionais, entrevistas exploratórias com informantes-chave de três iniciativas pioneiras de *fact-checking* no Brasil – *Lupa*, *Aos Fatos* e *Truco* – e de uma pesquisa participante no projeto *Truco*, da *Agência Pública*, em 2018, formulou-se como hipótese a emergência de um novo tipo ideal, o “jornalismo de verificação”. Este seria um tipo jornalístico desviante do “jornalismo de comunicação” de Charron e Bonville (2016). Segundo os autores, no jornalismo de comunicação, em contraste com o período imediatamente anterior, “de informação”, a notícia teria entrado em declínio, e o texto jornalístico, passado a explorar a subjetividade: certas mensagens ou partes de mensagem, semanticamente pobres, passam a prevalecer com o objetivo de estabelecer e manter “[...] a comunicação entre emissor e destinatário” (CHARRON; BONVILLE, 2016, p. 35).

Na atualidade, contudo, diante de um cenário de desinformação (WARDLE, 2018), em um ecossistema midiático dominado por plataformas digitais (BELL; OWEN, 2017), passou a ganhar prestígio um tipo de texto jornalístico calcado na verificação de discursos públicos, que atribui maior peso e evidência ao processo de apuração e que tem como objetivo a verificação da informação já publicada. Não se trata, portanto, do procedimento prévio de verificação de informações na etapa de produção de produto jornalístico (notícia, reportagem, entrevista), antes de sua publicação, e sim de um produto jornalístico constituído em si por esse procedimento de verificação. Sua matéria-prima são os conteúdos já publicados. Trata-se da verificação pós-publicação.

No ecossistema midiático contemporâneo, constituído tanto por veículos jornalísticos tradicionais, quanto por organizações independentes e por redes sociais, os relatos e discursos que circulam alcançam patamar de acontecimentos na esfera pública. Nesse cenário, aumenta a relevância de práticas de *fact-checking* e seus respectivos produtos como um tipo de texto

jornalístico necessário e diferenciado no contexto sócio histórico. Essa é a inspiração para, a partir do estudo de suas rotinas, procedimentos e percepções sobre a prática, perguntarmos quanto à possibilidade de nos encontrarmos em meio à emergência de uma mudança paradigmática no jornalismo.

Construído como modelo teórico, o “jornalismo de verificação” serve à comparação com evidências empíricas observadas na prática de *fact-checking* no Brasil para identificar possíveis elementos sugestivos de mudanças “normais” e de mudanças “estruturais” que pudessem anunciar uma mutação. Chegou-se à conclusão que há mudanças significativas em curso, que não podem ser ignoradas ou subdimensionadas. Porém, ainda é precoce sustentar a emergência de um novo paradigma, o que não descarta a possibilidade de estarmos em um período pré-paradigmático, nos termos definidos por Kuhn (1975).

Um dos achados da pesquisa que merece aprofundamento diz respeito aos princípios normativos que norteiam a prática do *fact-checking*: diferentemente do que se supunha, a partir de autores como Graves (2016), que estudou três iniciativas pioneiras de *fact-checking* nos Estados Unidos, valores como verdade e objetividade tiveram baixa menção entre os jornalistas entrevistados. Para estes, transparência é o valor preponderante.

2. Conceitos e procedimentos metodológicos

Inspiradas pela proposta teórico-metodológica de Max Weber, dados coletados em pesquisa bibliográfica e entrevistas exploratórias com informantes-chave ligados a três iniciativas brasileiras de *fact-checking*, concebemos o “jornalismo de verificação” como um tipo ideal, um modelo teórico para guiar a observação empírica⁵.

A pesquisa envolveu três principais níveis de aproximação com o campo: observação de rotinas, vivência de práticas e entrevistas com jornalistas. A partir das rotinas, processos e

⁵ Tipo ideal é um método de pesquisa instituído pelo sociólogo Max Weber. Não é um retrato da realidade, e sim um instrumento teórico para sua observação. Dessa forma, ele contém traços da realidade, mas não encontra um correspondente “puro” no universo empírico. Na impossibilidade de descrever toda a complexidade real, o pesquisador “simplifica” a realidade observada a partir de seus traços mais típicos, o que permite estabelecer parâmetros de comparação e identificar o que mudou de um modelo para outro. Ver Weber (2014).

percepções dos jornalistas sobre a prática de checagem de fatos durante o primeiro turno das eleições 2018, foram analisados 14 indicadores de mudança no paradigma jornalístico. O estudo foi conduzido na forma de pesquisa participante no projeto *Truco nos Estados*, da *Agência Pública*.

Vale considerar que a pesquisa se configurou participante no decorrer de seu desenvolvimento. O propósito inicial era realizar uma observação de inspiração etnográfica das rotinas de jornalistas *fact-checkers* no *Truco*. Uma primeira etapa de observação foi realizada na redação da *Agência Pública*, em São Paulo, durante uma semana corrida, em março de 2018. Meses depois, a convite do então editor do *Truco*, Seibt foi consultada sobre a possibilidade de liderar uma equipe para realizar checagens da campanha eleitoral no Rio Grande do Sul para o projeto *Truco nos Estados*.

A possibilidade de inserir alguma vivência prática da checagem de fatos fazia parte do escopo original da pesquisa, na forma de um projeto de extensão realizado em parceria com a ONG *Pensamento.org*. Diante da provocação do *Truco*, acabou se estruturando o *Filtro Fact-checking* como a primeira iniciativa de checagem de fatos com foco no Rio Grande do Sul. A experiência prática – não mais como mera observadora, mas como participante – levou a um redirecionamento metodológico - em direção a uma “participação observante” (PERUZZO, 2006).

Na observação participante, “[...] o pesquisador se insere no grupo pesquisado, participando de todas as suas atividades, ou seja, ele acompanha e vive (com maior ou menor intensidade) a situação concreta que abriga o objeto de sua investigação” (PERUZZO, 2006, pp. 133-134). Nesta modalidade, porém, o pesquisador não “se confunde” com os membros do grupo, apenas interage com eles. Mais próximo de uma “pesquisa-ação”, no novo arranjo adotado para o desenvolvimento da pesquisa, o pesquisador não só interage como membro do grupo, como também o grupo é participante ativo na pesquisa:

[...] não apenas para satisfazer interesses de conhecimento do pesquisador, mas para contribuir com a situação investigada, tanto em relação aos subsídios que a pesquisa pode gerar quanto ao aprendizado que o próprio processo de pesquisa proporciona na elaboração do conhecimento coletivo. (PERUZZO, 2016, p. 13).

Assim, vê-se que a pesquisa participante se distingue da pesquisa-ação porque reserva mais autonomia ao pesquisador, no primeiro caso: o grupo conhece os propósitos do investigador e concorda com os termos da pesquisa, porém tem pouca interferência sobre os objetivos e a coleta de dados (SEIBT, 2019, p. 170).

Atuando como repórter e editora para o *Truco nos Estados* durante a cobertura das eleições de 2018, acompanhou-se “de dentro” os procedimentos e dilemas dos *fact-checkers*, o que gerou *insights* diferenciados, registrados em um caderno de notas. Complementarmente, aplicou-se um questionário online, respondido por 17 dos 31 jornalistas que atuaram na cobertura do *Truco* em sete estados. Esses questionários tinham o objetivo de conhecer as percepções dos demais envolvidos na atividade. Assim, de alguma maneira o grupo pôde contribuir e interferir na coleta de dados e nas inferências suscitadas, ainda que com uma visão prática.

A pesquisa participante, nas vertentes mais avançadas de envolvimento do pesquisador e do pesquisado na geração de conhecimento, é uma manifestação clara de busca de novas premissas na produção do conhecimento científico que relativiza o pressuposto de que o único conhecimento válido é o científico e que este só é possível ser obtido se for construído segundo os cânones do empirismo, da objetividade e da pretensa neutralidade, princípios estes construídos e reproduzidos a partir da cultura científica ocidental de cunho positivista (PERUZZO, 2016, p. 5).

É este último procedimento metodológico, o questionário, que nos interessa analisar neste artigo, pois é nessa consulta aos jornalistas que atuaram como *fact-checkers* no *Truco nos Estados* que se cristalizam as percepções do grupo pesquisado sobre a prática de *fact-checking*.

Na concepção original do “jornalismo de verificação”, princípios fundadores da ideologia profissional, como objetividade e verdade, assim como a disciplina da verificação, são resgatados como elementos centrais, principalmente a partir do trabalho de Graves (2016), para quem o *fact-checking* resgata a ideologia profissional do jornalismo (GRAVES, 2016, p. 21)⁶, colocando em evidência a busca pela objetividade.

⁶ Fact-checking is a reform movement, but one distinctly tethered to the ideology of professional journalism.

Para o autor, o *fact-checking* configura “[...] uma resposta à fragmentação da vida pública ao longo das últimas três décadas” (GRAVES, 2016, p. 14). Ao argumentar em favor dessa forma de resposta à fragmentação da vida pública por parte do jornalismo, Graves destaca que, cada vez mais, “[...] *fact-checkers* têm suas próprias regras, rotinas e ‘melhores práticas’ propagadas em suas conferências e *mailing lists*” (GRAVES, 2016, p. 8). Segundo ele, um código estaria sendo construído e difundido entre organizações jornalísticas dessa natureza, que ganharia mais notoriedade conforme o aumento da preocupação com a desinformação na rede.

A transparência aparece com força nesse novo código, como ilustra a carta de princípios⁷ compartilhada por iniciativas que integram a *International Fact-checking Network* (IFCN), a qual preza pela transparência em relação à metodologia: transparência na escolha das fontes, transparência quanto ao financiamento, política pública de correções e apartidarismo.

Bill Kovach e Tom Rosenstiel (2004), que inspiram o termo “jornalismo de verificação” para a designação do tipo ideal, também compreendem a transparência como um valor, porque “[...] mostra o respeito dos jornalistas por seu público. Permite a este julgar a validade da informação, o processo pelo qual essa mesma informação foi obtida e os motivos e preconceitos do jornalista que a transmite” (KOVACH; ROSENTIEL, 2004, p. 127).

A transparência, contudo, não figura como princípio normativo para Charron e Bonville (2016) na formulação original dos seus paradigmas. Ao comparar a relevância de um conjunto de princípios entre um tipo e outro a fim de destacar o que muda de uma forma a outra de jornalismo, os pesquisadores canadenses comparam exatidão, imparcialidade, objetividade, ortodoxia, pertinência e exatidão.

Na tabela a seguir, mantemos os valores atribuídos pelos teóricos em referência para cada um dos tipos ideais por eles descritos e adicionamos os valores inicialmente atribuídos ao “jornalismo de verificação” como modelo teórico:

⁷ *International Fact-checking Network* (IFCN) é a rede que congrega iniciativas de checagem no mundo todo. Baseada no Instituto Poynter, na Florida, a IFCN certifica seus signatários visando garantir a observação dos protocolos compartilhados internacionalmente.

Tabela 1 - Princípios normativos aplicáveis ao discurso jornalístico

Jornalismo	Princípio normativo					
	Exatidão	Imparcialidade	Objetividade	Ortodoxia	Pertinência	Exatidão
Transmissão	+++++	++++		++	+	
Opinião	++			++++	+	
Informação	++++	+++	++++		++	+
Comunicação	+++	++	+		++++	+
Verificação	+++++	+++++	+++++		+++	

Fonte: SEIBT (2019, p. 155) a partir de CHARRON; BONVILLE (2016, p. 221)

À medida que se desdobrava o trabalho empírico, a transparência ganhava relevo como princípio normativo, conforme se discute a seguir.

3. Discussão e resultados

Para saber o quanto as percepções registradas no caderno de notas repercutiam no grupo de jornalistas que atuou no *Truco nos Estados*, elaborou-se um questionário online, com perguntas fechadas, a ser respondido voluntariamente e de forma anônima. O questionário oferecia alternativas a sentenças prontas, em relação às quais os jornalistas deveriam classificar seu nível de concordância. Foram registradas 17 respostas, de um universo de 31 profissionais (54,8%). Houve representatividade dos sete estados participantes do *Truco nos Estados*, sendo 10 repórteres (58,8%), 5 editores (29,4%) e 2 estagiários (11,8%)⁸.

A pergunta sobre os princípios normativos buscava conhecer a percepção dos jornalistas quanto ao reforço de valores como exatidão e objetividade, que tinham apelo menor no “jornalismo de comunicação”, conforme a tabela reproduzida na seção anterior. Optou-se por adicionar o princípio “transparência” porque esse atributo era cotidianamente

⁸ A título de detalhamento da amostra, praticamente metade dos profissionais (9 respondentes) foram contratados como *freelancers* para a cobertura das eleições (52,9%). A maior parte do grupo (8 jornalistas) está na faixa etária até 30 anos (47,1%), apenas 3 (17,6%) têm 40 anos ou mais – todos na função de editores. A maior parte teve passagem por sites de notícias (82,4%) e jornais impressos (70,6%), e somente 6 jornalistas (35,3%) haviam atuado profissionalmente com checagem de fatos antes das eleições – 7 profissionais disseram ter feito algum tipo de curso ou oficina de *fact-checking* (41,2%) e 4 conheceram os métodos e práticas durante a cobertura (23,5%).

acionado nas rotinas de checagem e nas conversas entre jornalistas acompanhadas no período de observação e participação, além de compor os códigos de conduta compartilhados por *fact-checkers*.

O questionário apresentou a seguinte pergunta aos jornalistas: “Quais dos princípios jornalísticos abaixo você relacionaria ao *fact-checking*?” Era permitido selecionar mais de uma opção, o que chama ainda mais a atenção para a baixa tração de valores como objetividade, verdade e imparcialidade nas respostas – ao passo que o princípio transparência foi marcado por todos os 17 respondentes (100%):

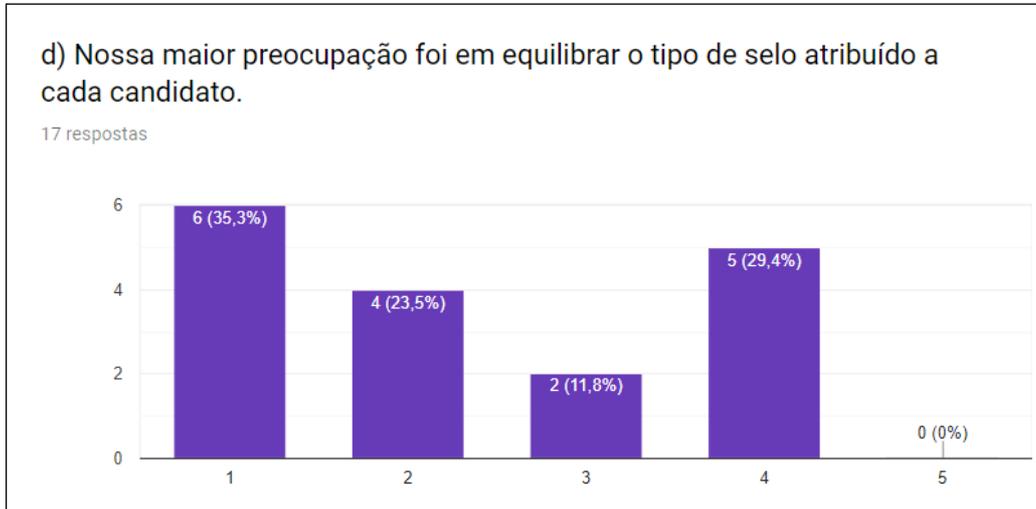
Gráfico 1 - Princípios normativos associados ao *fact-checking*



Fonte: SEIBT (2019, p. 191)

Outro indicador que permite inferir a fraca associação entre *fact-checking* e imparcialidade, por exemplo, é a baixa concordância, de mais da metade dos jornalistas, de que equilibrar o tipo de selo atribuído a cada candidato (níveis 1 e 2 no gráfico, onde 1 = discordo fortemente e 5 = concordo fortemente) fosse uma preocupação editorial:

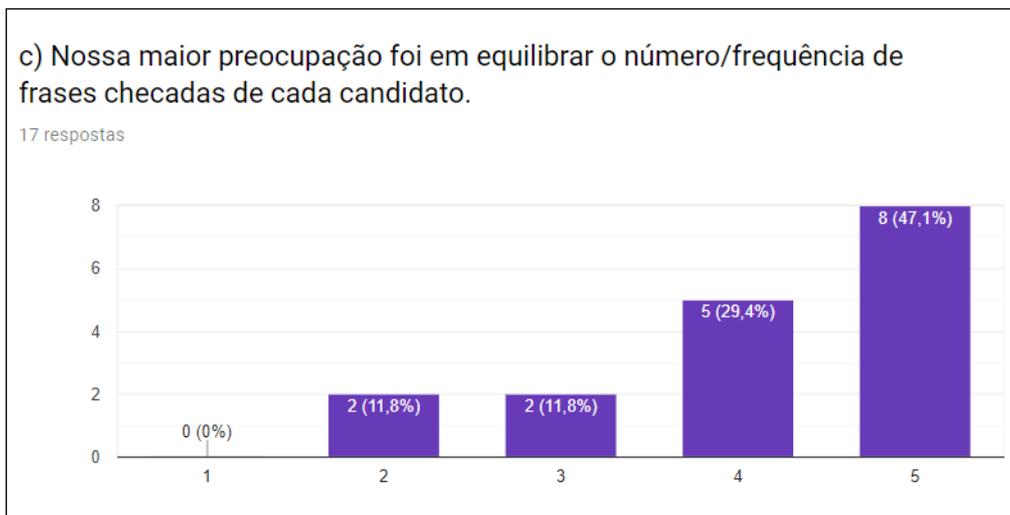
Gráfico 2 - Nível de preocupação em equilibrar o tipo de selo



Fonte: SEIBT (2019, p. 192)

A preocupação principal, segundo a maior parte dos jornalistas (76,5%), era equilibrar a quantidade de frases checadas, independentemente do selo (níveis 4 e 5 no gráfico, onde 1 = discordo fortemente e 5 = concordo fortemente):

Gráfico 1 - Nível de preocupação em equilibrar o número de frases checadas



Fonte: SEIBT (2019, p. 192)

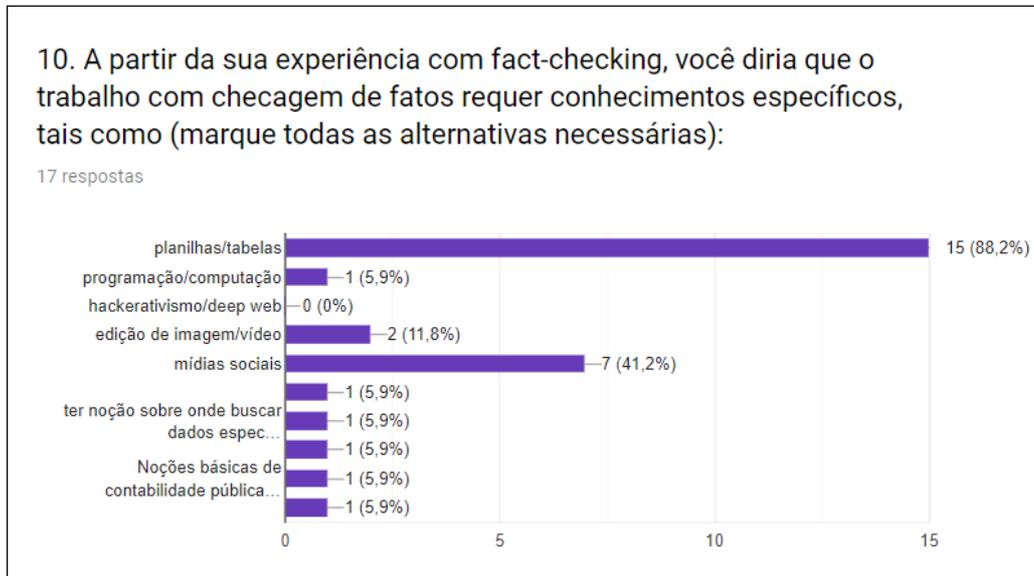
O equilíbrio conferido pela quantidade de frases checadas – e não pelo selo – poderia contribuir para uma cobertura mais fiel do debate: se um candidato usa mais dados falsos do que outro, isso restaria evidente pelos resultados das checagens. Mas não necessariamente. Mesmo no *fact-checking*, o número de vezes em que o candidato é “checado” pode gerar uma falsa ideia de equilíbrio quando mais de um candidato repete o mesmo dado – e apenas um é alvo de checagem. Subentende-se que o dado já foi esclarecido no debate, mas no balanço dos selos, que muitas vezes é o critério do eleitor para avaliar o trabalho dos checadores, a classificação pode pesar mais para um lado.

Diálogos registrados durante o período de pesquisa participante ilustram esse quadro. Em determinada ocasião, um dos jornalistas envolvidos na cobertura questionou: “Se mais de um candidato repete o mesmo dado, por que só um recebe o selo?” Em outra, foi uma estudante de jornalismo que levantou a reflexão durante uma oficina: “Eu vejo as checagens de tempos em tempos para ver quem mentiu mais” (SEIBT, 2019, p. 192).

O uso do verbo “mentir” na frase da estudante é revelador de como o equilíbrio pelo número de frases checadas é insuficiente. O selo “falso”, usado pela maioria das agências de checagem, nem sempre é sinônimo de mentira. Na maioria das vezes, refere-se a enganos, exageros, usos de dados fora de contexto – o que geralmente é explicitado no texto que acompanha a classificação, com indicação de fontes de informação e documentos consultados na apuração. A transparência, nesse aspecto, funciona como um escudo para relativizar o papel de “árbitro da verdade” muitas vezes atribuído ao *fact-checking*.

Ao mesmo tempo, a transparência também guarda forte associação com o princípio normativo da precisão, possivelmente influenciada pela busca de evidências de verdade exigida pela prática: provas documentais, pesquisas, estatísticas, dados públicos e abertos. Tanto é que a necessidade de compreender o uso dessas fontes é reconhecida pelos profissionais como uma competência específica do *fact-checking*. A qualificação para lidar com planilhas e tabelas foi indicada como conhecimento específicos requerido pela prática por 15 jornalistas (88,2%). No campo reservado para respostas abertas, noções de contabilidade e consulta a dados públicos também aparecem como competências necessárias:

Gráfico 4 - Conhecimentos específicos requeridos pelo fact-checking



Fonte: SEIBT (2019, p. 194)

Essa confiança na precisão do método, contudo, pode contaminar o processo, como neste exemplo de checagem de uma frase na qual um candidato afirmava que o PIB do Rio Grande do Sul *nunca* crescera 5% ao ano por quatro anos consecutivos.

No caso em questão, a consulta às séries históricas disponibilizadas pela Fundação de Economia e Estatística do estado, com base em dados do Instituto Brasileiro de Economia e Estatística (IBGE) desde 1947, mostrou que houve períodos de crescimento econômico nesse patamar até a década de 1970. Contudo, ressalvas metodológicas apresentadas tanto na base de dados consultada quanto por economistas entrevistados davam conta da impossibilidade de se comparar os indicadores globais, uma vez que o método de cálculo sofreu várias alterações no período. Além disso, a série recente mostrava uma tendência de baixo crescimento, de modo que, a priori, classificar como falsa a afirmação de que o Rio Grande do Sul nunca cresceu 5% ao ano por quatro anos consecutivos poderia causar a impressão equivocada de que é possível atingir esse patamar em curto prazo (SEIBT, 2019, pp. 194-5).

Nesse caso específico, a sugestão da pesquisadora que também atuava como *fact-checker* foi classificar a declaração como “exagerada”, argumentando que “nunca” era um exagero. Na tentativa de reduzir as relativizações, em nome de uma suposta precisão, o editor

discordou e atribuiu o selo “falso”, justificando que “nunca” é uma afirmação categórica. Em nome da precisão do termo, o advérbio ‘nunca’, avalia-se que a checagem incorreu em imprecisão interpretativa na atribuição do selo. Muito embora o texto fizesse ressalvas, apresentando as questões metodológicas e as respectivas fontes de consulta, ficaram de fora da classificação apresentada os sentidos associados à declaração do candidato – que apontavam para uma tendência verdadeira.

É por essa razão que, embora exatidão ou precisão apareçam como valores do “jornalismo de verificação” na percepção dos jornalistas entrevistados, a expressão desses princípios normativos nos conteúdos é relativa. E quanto mais a precisão do método do *fact-checking* é questionada por apresentar esse tipo de contradição, seja pela crítica interna ou externa, mais os *fact-checkers* se apoiam no princípio da transparência.

Por isso é necessário aprofundar a reflexão sobre os níveis de transparência que os jornalistas estão dispostos a negociar e a comunicar ao seu público.

4. Considerações finais

Assumida como uma prática a *posteriori*, que se traduz em um formato jornalístico específico, o *fact-checking*, a verificação inspirou a construção de um tipo ideal desviante do “jornalismo de comunicação”, na tentativa de compreender a intensidade das mudanças no jornalismo diante de um ecossistema midiático contaminado pela desinformação. Enquanto formato, o *fact-checking* se distingue pela aplicação de etiquetas de veracidade. Enquanto prática, oferece características compatíveis com outros formatos, o que permite extrapolar o “jornalismo de verificação” como um tipo desviante para estudar as transformações no jornalismo de forma mais abrangente.

Dentre os elementos de transformação identificados na observação das rotinas de trabalho e nas percepções dos *fact-checkers* sobre sua prática, o princípio normativo da transparência apresenta especial potencial de aprofundamento, tanto para a reflexão teórica sobre as práticas jornalísticas quanto para o estudo do papel social do jornalismo nas sociedades democráticas.

Expor as fontes – de financiamento e de informação –, apontar contradições e distorções nos discursos públicos, contextualizar temas em discussão, não necessariamente atribuindo selos e escalas de veracidade, são algumas das práticas que podem precipitar rupturas mais significativas no paradigma jornalístico, se adotadas de forma mais contundente pelos jornais a ponto de serem reconhecidas como um bem social nos próximos anos (SEIBT, 2019, p. 222).

A predominância da transparência como princípio normativo no “jornalismo de verificação” representa uma inflexão não só na comparação com o “jornalismo de comunicação”, mas no conjunto da tipologia histórica das práticas jornalísticas feita por Charron e Bonville (2016). Esse valor não aparece na construção teórica dos pesquisadores canadenses que serve de base para a proposição do “jornalismo de verificação” como tipo desviante. Possivelmente, por se tratar de um valor característico do contexto sócio histórico contemporâneo.

Embora tenham contemplado a transparência ao descrever a “disciplina da verificação” como elemento do jornalismo no início dos anos 2000, Kovach e Rosenstiel agora dão ênfase à transparência no prefácio da edição revisada de sua obra:

Argumentamos, há uma década, que um método transparente de verificação era a ferramenta mais importante para jornalistas profissionais que tentavam responder a dúvidas do público sobre seu trabalho. Agora a transparência também é uma maneira de convidar o público para a produção de notícias, para criar um jornalismo colaborativo melhor do que jornalistas ou cidadãos poderiam produzir sozinhos (KOVACH; ROSENSTIEL, 2014, p. XIV)⁹.

Os autores em referência distinguem princípios de práticas. Segundo Kovach e Rosenstiel (2014), o que define o jornalismo são seus princípios, não as práticas. É possível reproduzir as mesmas práticas sob outros princípios. “Uma ‘notícia falsa’ é exatamente isso: algo que imita, que aparenta ser notícia, mas não é, porque está em desacordo com os princípios do jornalismo” (SEIBT, 2019, p. 222). Dentre esses princípios, o da transparência

⁹ We argued a decade ago that a transparent method of verification was the most important tool for Professional journalists trying to answer doubts to the public had about their work. Now it is also a way to invite the public into the production of the news, to create a collaborative journalism that is better than either journalists or citizens could produce alone.

parece se sobrepôr num ambiente em que a baixa diferenciação entre os conteúdos nas plataformas digitais serve como alavanca para a desinformação.

Para se afirmar como um diferencial no ecossistema midiático contemporâneo, no entanto, o sentido de transparência atribuído pelos jornalistas ao seu trabalho, bem como pelo público ao trabalho do jornalista, precisa evoluir.

Referências bibliográficas

BELL, Emily; OWEN, Taylor. The platform press: how Silicon Valley reengineered journalism. **Tow Center for Digital Journalism**. Nova York: Columbia Journalism School, 2017. Disponível em: <http://towcenter.org/wp-content/uploads/2017/03/The_Platform_Press_Tow_Report_2017.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2017.

CHARRON, Jean; BONVILLE, Jean. **Natureza e transformação do jornalismo**. Florianópolis: Insular, Brasília: FAC Livros, 2016.

GRAVES, Lucas. **Deciding what's true: the rise of political fact-checking in american journalism**. New York: Columbia University Press, 2016.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo**. São Paulo: Geração Editorial, 2004.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **The elements of journalism: revised and updated third edition**. New York: Three Rivers Press, 2014.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

PERUZZO, Cicília Maria Krohling. Observação participante e pesquisa-ação. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2006, pp. 125-45.

PERUZZO, Cicília Maria Krohling. Epistemologia e método da pesquisa-ação. Uma aproximação aos movimentos sociais e à comunicação. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação e Cidadania. **XXV Encontro Anual da Compós**. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 7 a 10 jun. 2016.

SEIBT, Taís. **Jornalismo de verificação como tipo ideal:** a prática de *fact-checking* no Brasil. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2019.

WARDLE, Claire; DERAKHASHAN, Hossein. **Information disorder:** Toward an interdisciplinary framework for research and policy making. **Council of Europe Report**. 27 set. 2017. Disponível em: <<https://edoc.coe.int/en/media/7495-information-disorder-toward-an-interdisciplinary-framework-for-research-and-policy-making.html>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

WARDLE, Claire. **Forget deepfakes:** misinformation is showing up in our most personal online spaces. Dez. 2018. Disponível em: <<http://www.niemanlab.org/2018/12/forget-deepfakes-misinformation-is-showing-up-in-our-most-personal-online-spaces/>>. Acesso em: 23 jan. 2019.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade:** fundamentos da sociologia compreensiva. Vol 1. 4ª ed. Brasília: Editora UnB, 2014.